

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.283.056 - RS (2018/0094628-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : **GLADIS TEREZINHA LINDENMEYER ALMADA**  
**ADVOGADOS** : **JONATHAN IOVANE DE LEMOS - RS068718**  
                  **DANIEL SICA DA CUNHA - RS062209**  
**AGRAVADO** : **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO**  
                  **SUL**  
**PROCURADORES** : **YASSODARA CAMOZZATO - RS028743**  
                      **JOSE CALVINO PIRES MAIA E OUTRO(S) - RS026175**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por GLADIS TEREZINHA LINDENMEYER ALMADA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. PARIDADE. LEI ESTADUAL Nº 13.415/2010. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO.

A reestruturação administrativa do IPERGS com a extinção e transformação do quadro de cargos em comissão e funções gratificadas ocorreu com a publicação da Lei Estadual nº 13.415/2010. Decorrido o prazo de 5 (cinco) anos entre a publicação da referida lei e o ajuizamento da ação, está prescrito o fundo de direito, à luz do art. 1º, do Decreto 20.910/32. Precedente desta Corte.

PRELIMINAR DE CONTRARRAZÕES ACOLHIDA. EXTINÇÃO DO FEITO. APELAÇÃO PREJUDICADA" (fl. 358e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 370/380e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. RECURSO DE NATUREZA INTEGRATIVA. PREQUESTIONAMENTO.

1. Não há qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material no julgado. A parte embargante pretende, em verdade, a rediscussão do mérito, não sendo os embargos declaratórios a via correta para tal fim, considerando a sua natureza integrativa.

2. O julgador deve enfrentar apenas os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada, o que ocorreu no caso concreto.

EMBARGOS DESACOLHIDOS" (fl. 383e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. 10, 489, **caput**, e § 1º, I e II, 933, 1.022, **caput**, e I, II, e III, e 1.023, § 2º, do CPC/2015, 1º e 3º, do Decreto 20.910/32, 2º do Decreto-Lei 4.597/42 e à Súmula 85/STJ sustentando que:

"DA VIOLAÇÃO E NEGATIVA DE VIGÊNCIA AOS ARTIGO 10 E 933, CPC (NULIDADE PROCEDIMENTAL OCORRIDA EM SEDE RECURSAL, AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA RECORRENTE PARA MANIFESTAR-SE SOBRE PRELIMINAR ARGUIDA EM CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO - DESRESPEITO AO DEVER DE DIÁLOGO)

Conforme disposto no artigo 278 do NCPC, não se pode deixar de mencionar a nulidade ocorrida em sede recursal, já que não respeitado o dever de diálogo existente no NCPC, quando decidida questão oficiosa, sem a outorga de efetiva e concreta oportunidade para manifestação (ausência de intimação para manifestar-se previamente sobre a questão da prescrição do fundo do direito).

No presente caso, a prescrição do fundo do direito foi arguida pelo **IPERGS em contrarrazões da apelação** apresentada pela recorrente. Ocorre que a recorrente nunca foi intimada pelo 2º grau para se manifestar acerca da preliminar de prescrição, repita-se, arguida em contrarrazões da apelação interposta pela própria recorrente! Mister salientar que a sentença afastou a prescrição do fundo do direito, de modo que deveria ter o IPERGS interposto o adequado recurso de apelação. Em não o fazendo, na prática a prescrição do fundo do direito foi reconhecida de ofício pela 04ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RS no âmbito do julgamento do recurso de apelação da própria parte autora (não houve recurso de apelação do IPERGS), sem oportunizar, antes da sessão de julgamento, a manifestação da parte recorrente.

Ao assim fazer, acabou por violar o disposto nos artigos 10 e 933 do NCPC que assim dispõem:

(...)

Portanto, há evidente nulidade procedimental, tendo em vista a violação do dever de diálogo, inerente ao modelo cooperativo de

processo estabelecido na legislação processual em vigor, já que não outorgada oportunidade concreta de manifestação por parte da recorrente sobre questão da prescrição do fundo do direito. O dever de diálogo, também conhecido como dever de consulta, é a obrigação que o tribunal possui de buscar informações junto 'às partes sobre eventuais questões por elas não tratadas em seus arrazoados e que tenha de conhecer de ofício ou não percebidas a partir de determinado ângulo jurídico', possibilitando a consequente manifestação e diálogo por parte dos interessados, o que acaba por permitir ao órgão jurisdicional se influenciar 'pelos fundamentos e argumentos por elas deduzidos'. Esse dever explicita não só a necessidade de contraditório sobre as questões expressamente trazidas, mas o dever de consultar as partes 'sempre que (se) pretenda conhecer de matéria de fato ou de direito sobre a qual aquelas não tenham tido a possibilidade de se pronunciarem', evitando-se, assim, decisões surpresas.

E no caso concreto, justamente, denota-se que o TJRS não realizou a prévia oportunidade à recorrente de apresentar seus argumentos sobre o tema (prescrição do fundo do direito), surpreendendo-a, no momento do julgamento apenas, com a adoção de ponto que já havia sido superado em sede ordinária (1º grau), sem que houvesse recurso de apelação do IPERGS. E não se diga que a sustentação oral é momento oportuno para tal diálogo.

Latente, portanto, a violação procedimental ocorrida, e que viola, claramente, o disposto nos artigos 10 e 933 do CPC. Assim, dever-se-á reconhecer a nulidade procedimental, decretando a invalidação de todos os atos processuais praticados após a distribuição do recurso de apelação, devendo ser oportunizado prazo para manifestação da recorrente sobre a preliminar de prescrição do fundo do direito para que, somente após, a 04ª Câmara Cível do TJRS proceda com o recurso de apelação.

**VIOLAÇÃO E NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 489, CAPUTE § 1º, INCISOS I E II, ART. 1.022, CAPUT, E INCISOS I, II E III, ART. 1.023, § 2º, DO NCPC, EM RAZÃO DO TRIBUNAL A QUO NÃO TER SANADO AS OMISSÕES E ERRO DO ACÓRDÃO A DESPEITO DA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Como já se pode depreender do relato supra, o acórdão que desacolheu os embargos de declaração, marcou pura resistência ao oferecimento de uma prestação jurisdicional mais clara e completa.

Os embargos tinham o nítido desiderato de sanar omissões e erros materiais no acórdão, inclusive com a possibilidade de atribuição de

efeitos infringentes ao recurso, conforme autorizado pelo artigo 1.023, § 2º, do NCPC.

Os embargos foram opostos sob os seguintes fundamentos, indispensáveis para a plena solução da lide: (a) omissão sobre o teor do anexo da Lei nº 13.415/2010, que não trouxe a descrição da função gratificada de coordenador de serviços, e sobre o teor do anexo da Lei Estadual nº 13.809/2011, que definiu e descreveu as atividades da FG-10 de coordenador de serviços, esclarecendo se somente a última possuía efeitos concretos suficientes para ser o termo *a quo* do prazo prescricional do fundo do direito (origem do direito do autor); (b) erro de fato sobre a postulação feita em juízo, já que o pleito não se refere ao próprio direito à função gratificada (situação jurídica fundamental) já estabilizada (função já foi incorporada) e sim ao *quantum* (atualização do valor por equivalência com a FG-10) decorrente dessa situação, não se tratando de pedido de incorporação de novas verbas, de substituição de verbas, ou de manutenção de vantagens suprimidas ou de promoção, de modo que a prescrição é de trato sucessivo (esclarecimento quanto aos fundamentos pelos quais deixou de seguir o enunciado Súmula nº 85, do Superior Tribunal de Justiça, conforme exige o artigo 489, § 1º, VI, do NCPC); (c) omissão, para fins de prequestionamento, dos artigos 10, 278 e 933, do NCPC, artigos 1º e 3º, do Decreto nº 20.910/32, e Súmula nº 85 do STJ.

Contudo, os embargos foram desacolhidos. Assim, há que se cassar o acórdão, determinando sejam integradas expressamente no acórdão as questões suscitadas em embargos de declaração. Caso providos os embargos de declaração, sendo sanadas a apontada obscuridade, omissões e erros materiais no acórdão do colegiado, há concreta possibilidade de atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração para que se dê provimento à apelação da recorrente, o que acarretaria, inclusive, na perda do interesse recursal para as instâncias superiores. Em assim fazendo, negando efeito integrativo aos embargos de declaração ao desacolhê-los, o acórdão recorrido apresenta violação ao artigo 1.022, do NCPC.

DA REFORMA DA SENTENÇA EM RAZÃO DA INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO, POR NÃO SE TRATAR DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO, MAS DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DE TRATO SUCESSIVO, OU, SUBSIDIARIAMENTE, PARA CONSIDERAR A LEI ESTADUAL Nº 13.809/2011 COMO TERMO A *QUO* DA PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO (ARTIGOS 1º E 3º, DO DECRETO Nº 20.910/32, SÚMULA DO STJ Nº 85, ARTIGO

2º, DO DECRETO-LEI Nº 4.597/42)

Está assente nos autos, inclusive na própria decisão recorrida, que a prescrição incidente à espécie é quinquenal, disciplinada pelo artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, aplicável também às autarquias por força do artigo 3º, do Decreto-Lei nº 4.597/42:

(...)

No ponto, a controvérsia está configurada em relação à correta aferição da natureza do prazo prescricional (prescrição do fundo do direito ou prescrição de trato sucessivo) e consequentemente do(s) termo(s) *a quo* da contagem do respectivo prazo prescricional quinquenal, especialmente acerca da aplicabilidade do artigo 3º, do Decreto nº 20.910/32, e da Súmula nº 85, do STJ:

(...)

No presente caso não há de se falar em prescrição do fundo do direito, mas sim em prescrição de trato sucessivo.

Doutrina e jurisprudência são pacíficas no sentido de que se tratando de obrigações de trato sucessivo, que se renovam a cada mês, a eventual prescrição abarca tão-somente as parcelas mensais vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, não ocorrendo prescrição do fundo de direito. Na hipótese de prestações periódicas devidas pela administração (como vencimentos ou proventos mensais), não ocorrerá a prescrição da ação, mas tão somente das parcelas anteriores aos cinco anos de seu ajuizamento.

(...)

*In casu*, o direito à vantagem (direito de receber a função gratificada), já está reconhecido no ato de aposentação ou incorporação, e incorporado ao patrimônio da parte autora (FGP-V). O que se discute é o *quantum* mensal a ser percebido, entendendo a parte autora que a atualização do valor deve se dar por equiparação à função gratificada atualmente paga aos servidores da ativa (FG-10). Justamente nesse ponto o equívoco da premissa da sentença na interpretação do pedido formulado. Repita-se: diferentemente da compreensão dada pelo julgador monocrático, não há pedido de revisão do ato de aposentadoria, mas de revisão dos vencimentos (*quantum* percebido mês a mês); tampouco há pedido de substituição da FGP-V pela FG-10, com incorporação da nova FG. O pedido é para que o autor continue recebendo a FGP-V já incorporada substituindo (atualizando) o seu valor (*quantum*) pelo valor da FG-10, em razão da equiparação. Portanto, o feito *sub judice* limita-se à atualização e equiparação do valor da Função Gratificada FGP-V ao valor que atualmente é pago pela FG-10. Não deverá o servidor passar a receber, nominalmente, a

FG-10: o servidor continuará a receber a FGP-V, porém, atribuindo-lhe o valor atualizado e equivalente ao valor que é atualmente pago pela FG-10 (parâmetro de correção e atualização do valor). Tal não implica em alteração e revisão substancial do ato de aposentação, que permanecerá incólume, com a função gratificada já incorporada, já que não se trata de revisão de ato de aposentadoria ou de incorporação de nova função gratificada (não há revisão do fundo do direito), também não pretende a parte autora com a presente ação qualquer promoção, restabelecimento de vantagem suprimida ou promoção com alteração do ato de aposentadoria, mas sim de lide acerca do quantum mensal devido a título de função gratificada já reconhecida e incorporada pelo servidor (FGP-V).

Tanto é que, conforme dito supra, caso não reconhecida a procedência do pedido no mérito, o autor continuará recebendo mês a mês a FGP-V em seus valores congelados e defasados (direito já reconhecido e incorporado de receber função gratificada), enquanto os servidores da ativa continuarão recebendo mês a mês, pelas mesmas funções e atividades, valor maior, mascarado pelo nome FG-10, perpetrando-se mês a mês a violação ao direito de atualização e equiparação dos valores (divergência sobre o *quantum*).

Concorda-se que se a pretensão da parte autora consistisse em promoção para cargo ou função superior, ou incorporação de nova função gratificada, estar-se-ia diante de um pedido atinente a uma pretensão de modificação da situação jurídica fundamental, o que caracterizaria a prescrição do fundo do direito. Contudo, não é esse o caso.

(...)

Por fim, ainda que não seja esse o entendimento do mm. Juízo, o que se admite *ad argumentandum*, em que pese a Lei Estadual nº 13.415, de 05 de abril de 2010, tenha reorganizado o quadro pessoal da autarquia ré, alterando a nomenclatura de funções e o quadro de cargos em comissão e funções gratificadas (artigo 11), a função gratificada de Coordenador de Serviços de Previdência e Saúde foi definitivamente estabelecida apenas pelo artigo 2º, inciso III e § 2º, da Lei Estadual nº 13.809, de 20 de outubro de 2011, inclusive com a descrição das atribuições dos cargos. O artigo 11 da Lei Estadual nº 13.415/2010 trouxe a previsão (programa). O artigo 2º, da Lei Estadual nº 13.809/2011, por sua vez, não alterou a Lei 13.415/2010, mas a complementou, cumprindo o programa estabelecido de criação dos cargos anteriormente previstos:

(...)

Para que nasça o direito de ação a partir de uma lei (*actio nata*) é necessário que a lei tenha todos os elementos necessários para a aferição desse direito (lei de efeitos concretos). *In casu*, muito embora a Lei Estadual nº 13.415/2010 tenha estabelecido o quadro de cargos em comissão e funções gratificadas da ré (artigo 11), como afirmado na decisão monocrática, a Lei Estadual nº 13.415/2010 não trouxe a descrição funções gratificadas, impossibilitando qualquer análise de equivalência das suas atividades e responsabilidades em relação à função gratificada incorporada pela parte autora. A função gratificada de coordenador de serviços (FG-10) somente teve sua descrição definida legalmente no anexo da Lei Estadual nº 13.809/2011, motivo pelo qual a equivalência das funções se tornou aferível somente a partir desse segundo momento!

Deve, portanto, se manifestar o nobre julgador sobre o teor do anexo da Lei no 13.415/2010, que não trouxe a descrição da função gratificada de coordenador de serviços, e sobre o teor do anexo da Lei Estadual nº 13.809/2011, que definiu e descreveu as atividades da FG-10 de coordenador de serviços, esclarecendo se somente a última possuía efeitos concretos suficientes para ser o termo *a quo* do prazo prescricional do fundo do direito (origem do direito do autor).

Ou seja, mesmo utilizando-se do argumento equivocado da sentença, o termo *a quo* da prescrição é outro, que não o constante na decisão apelada, de modo que por qualquer prisma sob o qual se analise o caso, não há prescrição" (fls. 399/411e).

Por fim, requer o conhecimento e o provimento "do presente RECURSO ESPECIAL para o fim de: (a) CASSAR a decisão recorrida, para reconhecer a nulidade processual ocorrida em sede recursal, por violação ao dever de diálogo e ausência de intimação da recorrente para se manifestar em 2º grau sobre a questão da prescrição (artigo 10, 933, CPC, e outros), nos termos da fundamentação, DETERMINANDO o retorno dos autos à instância anterior, para a correta apreciação das questões postuladas, com intimação prévia da recorrente para se manifestar sobre a prescrição e posterior novo julgamento; (b) CASSAR a decisão recorrida em razão do Tribunal *a quo* não ter sanado as omissões, obscuridade e erro no acórdão recorrido a despeito da oposição de embargos de declaração (artigo 1.022, CPC, e outros), nos termos da fundamentação, DETERMINANDO o retorno dos autos à instância anterior, para a correta apreciação das questões postuladas e integração do acórdão; (c) REFORMAR o acórdão recorrido, para afastar a prescrição do fundo do direito, seja por considerar como termo *a quo* a Lei Estadual nº 13.809/2011, seja por considerar tratar-se de prescrição quinquenal de trato sucessivo, nos termos da Súmula nº 85, do STJ, dos artigos 1º e 3º do Decreto nº 20.910/32, do artigo 2º, do Decreto-lei nº

4.597/42, e outros, nos termos da fundamentação, DETERMINANDO o retorno dos autos às instâncias anteriores, para a correta apreciação das questões de mérito sobre a equivalência das funções gratificadas e equiparação dos valores" (fl. 411/412e).

Contrarrazões, a fls. 459/478e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 481/491e), foi interposto o presente Agravo (fls. 498/511e).

Contraminuta, a fls. 536/539e.

Conheço do Agravo, todavia o Recurso Especial merece ser parcialmente conhecido e, nessa parte, não merece prosperar.

Na origem, trata-se de demanda proposta pela parte ora recorrente, objetivando seja declarado "o direito da parte demandante a revisar os seus vencimentos, desde a entrada em vigor da Lei Estadual no 13.415/2010, para determinar que o valor da FGP-V, de Chefe de Serviço, incorporada aos vencimentos da parte autora, seja substituído pelo valor da FG-10, de Coordenador de Serviços de Previdência e Saúde, função criada pela citada lei, bem como para condenar a autarquia ré a efetuar o pagamento dos valores retroativos das diferenças de remuneração das funções gratificadas FGP-V para FG-10 desde a substituição das funções pela referida lei" (fl. 11e).

Julgada improcedente a demanda, recorreu a parte autora, sendo extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC/2015, pelo Tribunal local, restando prejudicada a análise do apelo.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

De início, ressalte-se que, "para fins do art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula" (Súmula 518/STJ).

Lado outro, cumpre asseverar que, ao contrário do que ora se sustenta, não houve violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram, fundamentadamente e de modo completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

Assim, o acórdão de 2º Grau conta com motivação suficiente e não deixou de se manifestar sobre a matéria cujo conhecimento lhe competia, permitindo, por conseguinte, a exata compreensão e resolução da controvérsia, não havendo falar em descumprimento aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Nesse contexto, **"a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015"** (STJ, REsp 1.669.441/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de



30/06/2017).

A propósito, ainda:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. SERVIDOR PÚBLICO. DOENÇA OCUPACIONAL. PENSÃO MENSAL AFASTADA. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDADO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ. DANO MATERIAL. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

**1. Não há violação dos arts. 489, § 1º, VI, e 1.022, parágrafo único, II, do CPC de 2015, pois há fundamentação suficiente para amparar o acórdão recorrido.**

2. Firmado o acórdão recorrido em fundamentos constitucional e infraconstitucional, cada um suficiente, por si só, para manter inalterada a decisão, é ônus da parte recorrente a interposição tanto do Recurso Especial quanto do Recurso Extraordinário, ocasionando a preclusão de uma das questões e o consequente não conhecimento do recurso. Aplicação da Súmula 126 do STJ.

3. O Tribunal de origem, com base nas provas existentes, entendeu não haver comprovação do dano material. A inversão do julgado nos moldes pretendidos pela recorrente demanda revolvimento das provas, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido" (STJ, REsp 1.707.574/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017).

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/04/2008.

Ademais, não se presta a via declaratória para obrigar o Tribunal a reapreciar provas, sob o ponto de vista da parte recorrente (STJ, AgRg no Ag 117.463/RJ, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, DJU de 27/10/97), nem para provocar prequestionamento, se ausentes omissão, contradição ou obscuridade no julgado (STJ, AgRg no REsp 1.235.316/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/05/2011).

Quanto à alegação de violação aos arts. 1º e 3º do Decreto 20.910/32, 2º do

Decreto 4.597/42 e 1.023, § 2º, CPC/2015 aplica-se o teor da Súmula 284 do STF, tendo em vista que a parte recorrente não desenvolveu, nas razões do Recurso Especial, argumentos para demonstrar de que modo tais dispositivos foram violados.

Na forma da jurisprudência desta Corte, "a admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos dispositivos de lei federal supostamente contrariados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses artigos, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF" (STJ, AgInt no REsp 1.628.949/PI, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 07/03/2018).

No que se refere à afronta aos arts. 10 e 933 do CPC/2015, assim manifestou-se o Tribunal local:

"Note-se que inexistente na decisão atacada qualquer omissão/contradição/obscuridade/erro material, sendo que o decisum embargado justificou exaustivamente o porquê acolheu a preliminar de contrarrazões, reconhecendo a prescrição.

**E não há que se falar na violação aos artigos 10 e 933 do CPC (princípio da vedação da decisão surpresa), pois a matéria decidida no acórdão foi debatida desde a apresentação da contestação, sendo submetida ao contraditório, o que também afasta a alegação de reconhecimento de ofício" (fl. 385e).**

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de

origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

**3. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Além disso, ainda que tal óbice sumular pudesse ser afastado – o que não é o caso, registra-se desde já –, observa-se que "o 'fundamento' ao qual se refere o art. 10 do CPC/2015 é fundamento jurídico - circunstância de fato qualificada pelo direito, em que se baseia a pretensão **ou a defesa**, ou que possa ter influência no julgamento, mesmo que superveniente ao ajuizamento da ação - não se confundindo com o fundamento legal (dispositivo de lei regente da matéria). A aplicação do princípio da não surpresa não impõe, portanto, ao julgador que informe previamente às partes quais os dispositivos legais passíveis de aplicação para o exame da causa. O conhecimento geral da lei é presunção *jure et de jure*" (STJ, AgInt no REsp 1.695.519/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 29/03/2019).

Partindo de supramencionada premissa, e considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente, no ponto, somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Finalmente, quanto à "prescrição do fundo de direito", a Corte Estadual fundamentou que, "no caso concreto, a autora/apelante se aposentou em 17/03/1995 (fl. 210), ajuizando a presente ação em 17/02/2016 (fl. 02), **objetivando a revisar os seus vencimentos desde a entrada em vigor da Lei Estadual nº 13.415/2010**, em 05/04/2010 (fl. 12). **Desta forma, 05/04/2010 é o termo inicial da pretensão da parte autora. Contudo, como a presente ação foi ajuizada apenas em 17/02/2016**, ou seja, depois de transcorrido o quinquênio legal, deve ser reconhecida a prescrição do fundo de direito" (fl. 360e).

E esclareceu que "não merece prosperar o argumento de que deveria ser considerada a data da Lei nº 13.809/2011 como marco inicial da prescrição, uma vez que o cargo em discussão foi criado originalmente pela Lei nº 13.415/2010" (fl. 386e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

E, acrescente-se, a questão foi decidida pelo Tribunal **a quo** mediante análise de legislação local, qual seja, as Leis Estaduais 13.415/2010 e 13.809/2011. Assim, inviável a análise do ponto, ante o óbice da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

No mesmo sentido:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 1.022, II, DO CPC. DECISÃO PRECÁRIA. SÚMULA 280 DO STF.

1. Não se configurou a ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.

2. **Ademais, verifica-se que a questão em debate envolve, na realidade, análise de legislação local, Lei estadual 13.415/2010, o que encontra óbice na Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal ('Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário'), além de usurpar a competência do STF, no que tange à apreciação de ofensa a dispositivos constitucionais.**

3. **O Tribunal gaúcho, quando do exame do recurso de Apelação, assentou que 'a matéria trazida a lume diz respeito a reestruturação administrativa do Instituto réu e a consequente equiparação, ou não, das funções de Chefe de Serviço (FGP-V) e de Coordenador (FG-10)'.**

4. **Dessa forma, depreende-se que o Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial 1.419.969/RS, rel. Ministro Mauro Campbell, utilizado como paradigma, julgou questão distinta: paridade dos servidores ativos e inativos. Portanto, feito o *distinguishing* dos pontos controversos, fica demonstrado que os contextos fáticos cotejados nos acórdãos são diversos.**

5. Agravo Interno não provido' (STJ, AgInt nos EDcl no REsp

1.784.152/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/10/2019).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. REVISÃO DE APOSENTADORIA. FUNÇÃO GRATIFICADA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 1º DO DECRETO 20.910/1932. DIREITO ADQUIRIDO DE SERVIDOR A REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA. SÚMULAS 280/STF, 7 E 83/STJ. APLICAÇÃO.

**1. Cuidaram os autos, na origem, de ação buscando a revisão dos vencimentos do autor em razão de substituição de gratificação instituída por lei. A sentença declarou prescrito o direito à substituição da gratificação. O acórdão deu parcial provimento a Apelação, apenas para reduzir a verba honorária.**

**2. A natureza do vínculo que liga o servidor ao Estado é de caráter legal e pode, por conseguinte, sofrer modificações no âmbito da legislação ordinária pertinente, às quais o servidor deve obedecer, de modo que não há direito adquirido do servidor a determinado regime jurídico, nos termos de tranquila jurisprudência da Suprema Corte (AgRg no REsp 1.566.117/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 24.5.2016).**

**3. Com relação à alegada violação da Lei 13.809/2011, registre-se que a sua análise é obstada em Recurso Especial, por analogia, nos termos da Súmula 280/STF: 'Por ofensa a direito local não cabe Recurso Extraordinário'.**

**4. É inviável, portanto, analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido de que, 'diante do decurso de tempo transcorrido desde a nova implantação da relação jurídica, inviável se vê a discussão, em nome da segurança jurídica e da estabilidade do tratamento destas relações'. Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ.**

**5. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.804.902/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/09/2019).**

Em hipóteses similares, ainda, as seguintes decisões: AREsp 1.482.149/RS, Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe de 14/05/2019; REsp 1.784.152/RS, Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 07/03/2019;

Por fim, anoto que nada há acrescentar quanto à PET 00068389/2019 (fls. 549/553e).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a** e **b**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para conhecer parcialmente do Recurso Especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 12 de setembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora